INFORME

Refletir • Avançar

apubh

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

Nº 78 MAI Mar 88

A LUTA PELAS URPs NA JUSTIÇA

A exemplo de dezenas de entidades em todo o país, a APUBH e a ASSUFEMG, em conjunto, entraram na Justiça Federal com uma ação cautelar contra a suspensão das URPs de abril e maio decretada pelo governo no pacote de 7 de abril. Nessa 1ª fase as duas entidades se propuseram a representar legalmente todos os seus associados, tal como ocorre com os sindicatos.

A liminar foi distribuida ao Juiz da 13ª Vara que não aceitou a representatividade das associações, mas julgou o mérito da ação das pessoas que a assinaram: alguns diretores e sócios da ASSUFEMG, obtiveram o direito ao recibimento da URP do mês de maio (sem a de abril).

Numa outra ação cautelar - com os mesmos argumentos jurídicos - cerca de 400 sócios da ASSUFEMG - obtiveram o direito às URPs de abril e maio através de liminar do Juiz da 3ª Vara. Outras ações semelhantes já estão em tramitação na Justiça

Esses fatos indicam - junto com várias decisões similares em todo o país - que todos os professores devem arguir seus direitos na Justiça. A maioria esmagadora das sentenças tem sido favorável à manutenção do pagamento dos reajustes salariais através da URP.

Em vista da decisão do Juiz da 13ª Vara, a APUBH, através de seu conselho de representantes decidiu entrar também com uma Ação Plúrima pelas URPs de abril e maio. Para isso já está distribuindo as procurações na sede, no sub-solo da FAFICH ou nas unidades com os conselheiros.

É muito importante que um número expressivo de professores engrosse esta corrente contra a decisão iníqua e inócua do governo federal; mas, ao mesmo tempo, a ação não deve esperar demasiado para dar entrada na Justiça. Assim, é urgente a formação do 1º grupo nos próximos dias.

APUBH ASSUFEMG DCE CEAC PROMOVEM CARAVANA À BRASÍLIA

Está seguindo nesta 2ª feira, 16/05, uma caravana de pelo menos 5 ônibus e mais de 300 pessoas para acompanhar a votação na Assembléia Nacional Constituinte dos artigos sobre Educação. Essa é uma promoção conjunta da ASSUFEMG, APUBH, DCE e CEAC com o apoio da Reitoria.

É quase certo que nesses dias em que permanecerá em Brasília a caravana possa também acompanhar a decisão do Congresso sobre os Decretos-Lei 2.423, 2.424, 2.425, cuja não revogação trará enormes prejuizos à Universidade. Naturalmente,o papel da caravana não é passivo : os participantes estão saindo com a intenção de travar um verdadeiro "corpo a corpo" com os parlamentares, especialmente com aqueles da bancada mineira.

Os colegas que não puderem integrar a caravana podem ajudar nesse trabalho, acionando os seus eventuais contatos com os constituintes no sentido de barrar a privatização do ensino superior, garantir a exclusividade de verbas públicas para o ensino público e defender a autonomia política-financeira, científica e de gestão das instituições federais de ensino superior.

ADOTE UM DEPUTADO !

GNS E GATILHOS

A ação plúrima pelo pagamento dos gatilhos extintos pelo plano Bresser de 06/87 e pelo retorno da gratificação de nível superior de 20% deixada de ser paga desde abril de 87 por ato unilateral do MEC, terá audiência no dia 17 deste mês. A esse respeito uma nota de otimismo: a argumentação inicial , elaborada pela assessoria jurídica da APUBH e distribuída às ADs de todo o Brasil, através da ANDES, recebeu uma sentença parcialmente favorável da Justiça Federal de Pernambuco.Esta , acionada pela ADUFEPE, deferiu o pedido no que se refere à GNS mais indeferiu quanto aos gatilhos.

GOVERNO FEDERAL RETROCEDE

Apesar da intransigência do Ministério da Fazenda, o Governo reconheceu a excepcionalidade das Universidades e autorizou a contratação de 1.826 docentes para preenchimento de vagas abertas por aposentadoria e falecimento. A pressão da.... ANDES e do CRUB conseguiu romper a rigidez do decreto nº 95.682, o que caracteriza uma vitória do Movimento Docente e das Universidades. Isso demonstra que as conquistas só são alcançadas a partir de muita luta e determinação.

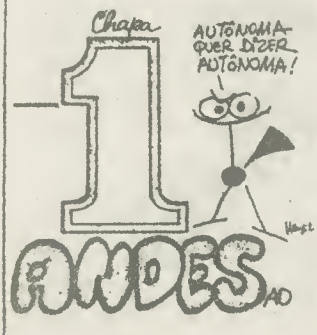
XVII CONAD

A partir do dia 1º de junho próximo, em Porto Alegre (RS) será realizado o XVII Conselho Nacional das Associações Docentes -CONAD, cujos principais pontos de pauta são:

- Conjuntura/Movimento Sindical e Movimento Docente e
- Política Educacional.

Paralelamente realizar-se-á o V Encontro dos Docentes da Área de Saúde.

O CONAD é o segundo principal evento de deliberação, decisão e orientação do movimento nacional dos docentes, e este de junho se reveste de especial significado dada a conjuntura que precede. Devido a isto, também é muito importante a presença dos colegas em nossas reuniões dessa segunda quinzena de maio para orientar as posições que os delegados da APUBH - a serem eleitos em assembléia geral- devem levar para Porto Alegre.



POSSE
2 DE JUNHO
PORTO ALEGRE

FIQUE ATENTO !

O CONSELHO DE REPRESENTANTES DA APUBH SERÁ RENOVADO EM JULHO PRÓXIMO.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DIA 16/05
Reunião da Diretoria da APUBH-18 horas
Saída da Caravana para Brasília-21 horas
DIA 17/05
Audiência na Justiça Federal - Ação Plurima pelo gatilho e GNS - 13:30 horas
DIA 18/05
Debate na FAFICH - Situação da UFMG com as novas medidas governamentais. Participações: Reitor, APUBH, ASSUFEMG,DCE. Coordenação: Prof. José Renato - 10 horas.
DIA 19/05
Assembléia Geral dos Professores no Auditório do ICEX. Pauta: indicativo de Greve Nacional Unificada dos Trabalhadores' Federais, Constituinte, Ação Jurídica, CONAD. 9:30 horas.
DIA 20/05
Reunião em Brasília do Setor das Federais
DIA 21/05
Plenária Nacional dos Trabalhadores: Decisão de ações conjuntas.
DIA 22/05
Continuação da reunião do dia 21

TERRORISMO OFICIAL

A ameaça de membros do governo de demitir em massa os servidores públicos caso a justiça o obrigue a pagar a URP de abril e maio tem assustado muito gente na Universidade. Alguns professores que já tinham assinado as procurações para a Ação Judicial chegaram mesmo a recolhê-las depois do Ministro da Administraçãodeclarar na TV que os primeiros a serem demitidos seriam os que entrassem na Justiça.

Ora, ~~gente~~, isso não passa de terrorismo de baixo nível ! Primeiro, porque, se este governo tivesse mesmo vontade e coragem política, já deveria ter demitido os ociosos, os irregulares, os que acumulam empregos, etc., como tem prometido desde que tomou posse, há mais de 3 anos. E segundo, porque não se demite professor do magistério federal por ato de governo, não! Há todo um procedimento administrativo a ser seguido; deve- se abrir inquérito, comprovar falta grave, ouvir as assembléias ' departamentais, antes de se decidir pela demissão.

Finalmente, é bom lembrar, ao governo e aos colegas mais assustados, que o recurso ao judiciário é um processo legítimo e civilizado de arguir a justeza de uma medida que atinge várias centenas de milhares de trabalhadores que estão pagando por um alegado estouro de caixa pelo qual não têm a menor responsabilidade. Pelo contrário; a média de remuneração do servidor público federal, como se sabe, é bastante baixa e, se algumas categorias obtiveram mais recentemente algumas conquistas, é obrigação de todos preservá-las e não entregá-las de mão beijada para um governo cuja legitimidade e austeridade são, no mínimo, duvidosas.

Assembléia Geral dos Professores

ICEX

19/05

9 horas – 5ª feira